



EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA FORMAÇÃO: PROVOCAÇÕES PARA UM DEBATE NECESSÁRIO

*EDUCATION AND POLITICS IN FORMATION:
PROVOCATIONS FOR A NECESSARY DEBATE*

*EDUCACIÓN Y POLÍTICA EN LA FORMACIÓN:
PROVOCACIONES PARA UN DEBATE NECESARIO*

 **Liliane Barros de Almeida**

Doutora em Educação

Universidade Estadual de Goiás – UEG 

Goiânia, Goiás – Brasil

lilianeufgo@gmail.com

D
O
S
S
I
Ê

Resumo: O tema tratado neste trabalho é de grande relevância e tem sido amplamente discutido por educadores e pessoas que, de um jeito ou de outro, se envolvem com a educação. A relação entre a educação formal e a participação política é um assunto antigo e essencial para a manutenção e o fortalecimento das democracias. No contexto histórico da constituição da sociedade é possível observar que a formação humana para a autonomia sempre foi objetivo daqueles que se propuseram a pensar e fazer educação de forma compromissada com a ética e a política. A autonomia é sem dúvida um dos grandes ideais da formação humana. A partir da Modernidade, e sobretudo com o nascimento e desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a formação passa a atender às regras do consumo ditadas pelas mídias, pela profissionalização, pela instrumentalização, reduzindo o campo da educação às formalidades funcionais necessárias para operar o instituído sob a égide da racionalidade técnica. Dessa forma, procura-se evidenciar o sentido da educação como política no processo de modernização que prioriza a burocracia, a produtividade e a eficácia, em detrimento do fazer humano, intelectual e do pensamento vivo, criativo e questionador. Trata-se de um estudo que põe em questão o sentido da educação e busca firmá-la como realização humana compromissada com o fazer ético e político em busca da melhor forma de vida em sociedade.

Palavras-chave: autonomia; educação; política.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

ALMEIDA, Liliane Barros de. Educação e política na formação: provocações para um debate necessário. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 71, p. 1-15, 27587, out./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n71.27587>



Abstract: The topic addressed in this work is of great relevance and has been widely discussed by educators and people who, in one way or another, are involved with education. The relationship between formal education and political participation is an old and essential subject for the maintenance and strengthening of democracies. In the historical context of the constitution of society, it is possible to observe that human formation for autonomy has always been the goal of those who proposed to think and practice education in a way committed to ethics and politics. Autonomy is undoubtedly one of the great ideals of human formation. From Modernity onwards, and especially with the birth and development of science and technology, education began to follow the rules of consumption dictated by the media, professionalization, and instrumentalization, reducing the field of education to the functional formalities necessary to operate under the aegis of technical rationality. In this way, the aim is to highlight the meaning of education as politics in the modernization process that prioritizes bureaucracy, productivity, and efficiency, to the detriment of human, intellectual work and living, creative, and questioning thought. This study questions the meaning of education and seeks to establish it as a human achievement committed to ethical and political practice in search of the best way of life in society.

Keywords: autonomy; education; politics.

Resumen: El tema tratado en este trabajo es de gran relevancia y ha sido ampliamente discutido por educadores y personas que, de una forma u otra, están involucradas con la educación. La relación entre la educación formal y la participación política es un tema antiguo y esencial para el mantenimiento y fortalecimiento de las democracias. En el contexto histórico de la constitución de la sociedad, es posible observar que la formación humana para la autonomía siempre ha sido el objetivo de aquellos que se propusieron pensar y practicar la educación de una manera comprometida con la ética y la política. La autonomía es, sin duda, uno de los grandes ideales de la formación humana. A partir de la Modernidad, y especialmente con el nacimiento y desarrollo de la ciencia y la tecnología, la educación comenzó a seguir las reglas del consumo dictadas por los medios de comunicación, la profesionalización y la instrumentalización, reduciendo el campo de la educación a las formalidades funcionales necesarias para operar bajo la égida de la racionalidad técnica. De esta manera, se busca resaltar el significado de la educación como política en el proceso de modernización que prioriza la burocracia, la productividad y la eficiencia, en detrimento del trabajo humano, intelectual y del pensamiento vivo, creativo y cuestionador. Este estudio cuestiona el significado de la educación y busca establecerla como un logro humano comprometido con la práctica ética y política en busca de la mejor forma de vida en sociedad.

Palabras clave: autonomía; educación; política.

Introdução

A compreensão da relação entre educação e política influencia diretamente a formação dos indivíduos e, por consequência, a vida em sociedade. Esse tema tem sido objeto de reflexão e debate ao longo da história. O empobrecimento da política tem dissipado cada vez mais a compreensão do que é política em sua gênese e descolado a educação dessa dimensão. Neste texto, exploraremos essa relação à luz da concepção de política comprometida com a compreensão crítica da realidade, com a luta por transformação social que vai além das aparências e desvela as complexidades implicadas no cotidiano buscando identificar as provocações que emergem desse diálogo e a necessidade de um debate contínuo sobre o assunto.

Considerando uma análise filosófica, pensar essa relação é exercício que põe em questão a concepção do humano e da própria sociedade. Compreendemos o ser humano como uma obra de si próprio, o que nos afasta de uma visão estritamente determinista e reconhece a capacidade inerente do ser humano de transformação. Ao afirmar que o homem não está restrito à sua condição animal ou natural, evidencia-se a singularidade da condição humana e sua capacidade de constituir sua própria existência. Essa perspectiva implica pensar o humano para além das limitações impostas pela biologia ou pelo ambiente, mas com todas as potencialidades para conhecer e transcender essas restrições e buscar seu desenvolvimento pessoal e social.

Essa transformação envolve uma constante interação entre o ser humano e seu contexto, no qual tanto um quanto o outro exercem influência mútua. Nesse sentido, a ideia do ser humano como obra de si próprio destaca a importância do pensamento e da ação na construção da própria identidade. Ao reconhecer a capacidade do ser humano de se transformar ou ser transformado no que ele é ou deve ser, enfatiza-se a responsabilidade pessoal e a liberdade de escolha na busca por plena e autêntica.

Os homens, por meio da *práxis* humana - *tonpráktion* (tonprakton) - são capazes de visar o *télos* (telos) assim como os meios que levam aos vícios e às virtudes. Então, orientam-se tanto na direção do contingente, da *hèksis* (ἕξις)¹, como dos princípios que fundamentam a ordem. “Propondo-se um fim, [os homens] examinam o modo como e através de que meios será possível atingi-lo” (*Et. a Nic.*, II, 1112b 16). As mediações pelas quais se articularão suas ações e os princípios universais, são o objeto da deliberação e da escolha.

¹*Hèksis* – exiz – hábito, boa constituição do corpo, estado de alma, capacidade, faculdade; ideia intermediária e inseparável do caráter e do ato, pois o caráter se efetiva nos hábitos e estes se manifestam nas ações (*Ibidem*, p. 10).

No entanto, é importante ressaltar que esse movimento não ocorre de forma isolada, mas está intrinsecamente ligado aos contextos sociais, culturais e históricos em que os sujeitos estão inseridos. As relações interpessoais, as instituições sociais e as estruturas de poder exercem influência significativa sobre as possibilidades de autodesenvolvimento e autodeterminação humana. Portanto, a ideia do ser humano como obra de si próprio também implica um chamado à reflexão crítica sobre as condições sociais e políticas que facilitam ou dificultam o exercício da liberdade e da autonomia individual.

Em suma, a concepção de ser humano como obra de si próprio representa um convite para pensar sobre a natureza da existência humana e os caminhos possíveis para a realização individual e coletiva. Ao reconhecer a capacidade de autotransformação do ser humano, essa abordagem reafirma a importância da liberdade, da responsabilidade e da solidariedade na construção de um mundo mais justo e humano.

Embora pareça uma ideia banal, historicamente a concepção de que o homem pode tornar-se outro por meio de uma espécie de artesanania (ou processo formativo-educativo) foi crucial por contradizer o velho preconceito mítico das prerrogativas de sangue, ou seja, a crença duradoura segundo a qual somente os nobres “de sangue azul” podiam deter (ou receber da divindade) as qualidades diretivas ou de governo sobre os mortais comuns. (Senne, 2009, p.43)

A relação entre educação e participação política é fundamental para a sustentação e o fortalecimento dos sistemas democráticos. Desde os primórdios da democracia, a questão do papel da educação na formação de cidadãos engajados tem sido debatida e valorizada como um elemento central na construção de uma sociedade justa e livre. A transição gradual ou revolucionária de formas de controle externo para um controle interno, baseado no autocontrole e no autodomínio, tem sido historicamente associada à educação para a cidadania.

Devo dizer que a capacidade refinada de raciocinar e refletir criticamente é crucial para manter as democracias vivas e bem vigilantes. Para permitir que as democracias lidem de modo responsável com os problemas que enfrentamos atualmente como membros de um mundo interdependente é crucial ter a capacidade de refletir de maneira adequada sobre um amplo conjunto de culturas, grupos e nações no contexto de uma compreensão da economia global e da história de inúmeras interações nacionais e grupais. E a capacidade de imaginar a experiência do outro – uma capacidade que quase todos os seres humanos possuem de alguma forma – precisa ser bastante aumentada e aperfeiçoada. Se quisermos ter alguma esperança de sustentar instituições decentes que fiquem acima das inúmeras divisões que qualquer sociedade moderna contém (Nussbaum, 2015, p.11).

Dessa forma, uma "educação para a cidadania" não se limita apenas à transmissão de conhecimentos sobre os princípios e instituições democráticas, mas também inclui o desenvolvimento do pensamento crítico, empatia e capacidade de diálogo e do debate construtivo. Essa compreensão é essencial para o exercício efetivo da participação política,

uma vez que possibilita aos sujeitos compreenderem e avaliarem criticamente questões políticas complexas e a se envolverem na vida política de suas comunidades.

É importante destacar que a relação entre educação e participação política não é unidirecional. Enquanto a educação pode potencializar a participação política, esta, por sua vez, pode influenciar a qualidade e o acesso à educação. Um ambiente político inclusivo e participativo tende a promover políticas educacionais mais equitativas e abrangentes, que, por sua vez, contribuem para a formação de cidadãos mais informados e engajados.

Em resumo, a educação para a cidadania tem um lugar fundamental na promoção da participação política e no fortalecimento da democracia. Ao cultivar o pensamento crítico e o diálogo, a educação capacita os cidadãos a participarem ativamente na vida política, contribuindo para a construção de sociedades mais justas, livres e democráticas. Para Hana Arendt, a educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos capazes de participar ativamente na esfera pública, garantindo assim a vitalidade e a saúde de uma sociedade democrática. “A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos.” (2016, p. 139).

Em seus escritos a autora, delineia uma concepção ampla de educação que vai além da mera transmissão de conhecimentos, enfatizando a importância de cultivar a capacidade de pensar criticamente e agir politicamente. Uma de suas principais contribuições para o entendimento da relação entre educação e política é a defesa da educação como um processo de formação do juízo político. Para Arendt, o pensamento crítico e o exercício do julgamento são habilidades essenciais para a participação política efetiva. Por meio da educação, os homens aprendem a avaliar as questões políticas de forma autônoma, a considerar diferentes pontos de vista e a tomar decisões comprometidas com o bem comum.

Além disso, Arendt ressalta a importância da educação na promoção da pluralidade e da diversidade na esfera pública. Em sua obra *A Condição Humana*, Arendt (2007) destaca que a política é uma atividade que só pode ser realizada em conjunto com outros seres humanos, em meio à pluralidade de perspectivas e experiências. Portanto, a educação deve formar para o convívio de forma respeitosa e colaborativa com os outros, reconhecendo a igualdade de direitos e a dignidade de cada ser humano.

Por outro lado, é importante se colocar em alerta para os perigos de uma educação que visa a conformidade e a obediência acrítica. Os sistemas educacionais, em geral, que buscam moldar os alunos de acordo com determinadas ideologias ou agendas políticas, privando-os da capacidade de pensar por si mesmos e de questionar as estruturas de poder estabelecidas.

Para Arendt, a verdadeira educação deve encorajar a liberdade de pensamento e a autonomia moral, preparando os indivíduos para desafiar a autoridade quando necessário e defender os princípios democráticos fundamentais.

A educação crítica volta-se a pensar a participação do cidadão na vida política, destacando a importância de uma abordagem educacional que promova valores democráticos, igualdade de oportunidades e capacitação para o engajamento político. Dessa forma, também, é necessário por em questão a presença das humanidades na educação, compreendendo que o estudo de disciplinas como literatura, filosofia e história é essencial para desenvolver a compreensão crítica e a imaginação necessárias para uma participação política significativa.

A educação moderna vem enfrentando novos desafios, assumindo posturas que buscam atender às exigências e anseios da sociedade capitalista. Segundo Charlot (1979, p.21) a relação de dependência entre sociedade e escola determina ao mesmo tempo sua finalidade e sua organização. O caráter político² é inerente à prática pedagógica, não sendo possível pensar e fazer educação destituída da dimensão política no sentido crítico e transformador.

Assim o que vemos em curso é uma alteração dos fins da educação. Na Antiguidade a tarefa de educar era pensada a partir de uma formação humana integral em que o humano era considerado em sua plenitude. Com as transformações econômicas e políticas, a forma de educar encontra-se modificada, o homem é visto como indivíduo³ com capacidades passíveis de serem moldadas e treinadas.

² O professor Ildeu Coelho explicita o caráter político da educação: “Longe de ser uma prática essencialmente desinteressada e neutra, a educação, numa sociedade capitalista, é um importante instrumento de reprodução social. [...] a educação impõe a todas as classes sociais, sob o manto do saber desinteressado, da ciência neutra e da técnica a serviço da humanidade, a visão de mundo da classe dominante, seus valores, suas normas de conduta, sua linguagem. [...] Deixando em silêncio, ocultando a gênese real da divisão das classes, a educação leva cada indivíduo a sentir-se o principal responsável pela posição que ocupa na estrutura social. [...] essencialmente comprometido com a reprodução das relações de poder, de exploração e dominação, o trabalho pedagógico é, portanto, um trabalho político. Com efeito, a educação impõe ao educando o modo de pensar considerado correto pela classe dominante (a maneira considerada científica, racional, verdadeira, de se entender e explicar a sociedade, a família, o trabalho, o poder e a própria educação), bem como os modelos sociais de comportamento, ou seja, as formas tidas como corretas de se comportar na família e no trabalho, de se relacionar com Deus, autoridade, o sexo oposto, os subalternos etc. Ora, sabemos que tudo isso é uma manifestação da visão das classes, das relações de poder que constituem a vida concreta dos homens, e, evidentemente, sua imposição é fundamental para reprodução destas mesmas relações de poder. A interiorização pelos indivíduos dessas normas de conduta e desse código de interpretação do real, aceitos como “verdade” do pensar e do agir, significa a consagração de uma moral da renúncia, da passividade e da submissão. O resultado será certamente uma personalidade completamente dócil e submissa, forjada para suportar qualquer violência ou injustiça sem se rebelar, capaz de sublimar qualquer frustração; enfim, o indivíduo perfeitamente preparado, trabalhado, para ocupar o “seu” lugar na divisão social do trabalho, o homem ideal para que a dominação de classe se mantenha. Com efeito, o discurso da classe dominante, interiorizado por todas as camadas sociais, leva aos indivíduos a terem sentimento de que participam igualmente da vida social e a suporem que a contradição social não existe, ou então, a apreendê-la apenas como diferentes modos, todos igualmente legítimos, de participação numa mesma existência coletiva. As diferenças de classe não passam, pois de versões de uma realidade essencialmente homogênea: o cidadão, o aluno, o homem, o brasileiro. O caráter político da prática pedagógica não depende, porém, dos que trabalham na área da educação. não é que alguns educadores, devido a suas convicções políticas e ideológicas, façam de seu trabalho um trabalho político, assim como outros os manteriam em sua esfera específica, resguardando a sua pureza original. Queiram ou não os educadores, tenham ou não consciência dessa realidade, seu trabalho é necessariamente político. Nem mesmo a “santa” ingenuidade dos que tem plena convicção do caráter desinteressado de sua prática educativa elimina essa dimensão política. Numa palavra, o político constitui o próprio ser do ato educativo, enquanto ato humano e, como tal, inserido na luta concreta dos homens” (COELHO, 1986, p.37-38).

³ “No início da Idade Moderna, há um aprofundamento da separação entre razão e fé, filosofia e teologia, filosofia e ciência, ciência e fé, associado às grandes transformações nas áreas econômica, social, política e cultural. Com o capitalismo, a acumulação do capital e a exploração dos recursos naturais, humanos e técnico-científicos passam ao primeiro plano no conjunto dos ideais, valores e práticas da sociedade. No lugar da *paideia* grega ou da *paideia* de Cristo, da formação do cidadão da *pólis*, do homem prudente, comedido e justo, do monge e do intelectual da Idade Média, a preocupação passa a ser com os novos saberes, a ciência, a técnica, a formação do cidadão para o Estado moderno, do indivíduo ativo, do comerciante, do homem de negócios, do *homo faber* que pretende se tornar senhor do mundo, dominar a natureza e os outros homens, tirando proveito de tudo. Esse novo homem, mais preocupado com a sociedade real do que com a sociedade ideal, com o dinheiro e o poder do que com a vida excelente, virtuosa, e com a justiça, separa a ética da política, rompendo com uma tradição que vinha da Grécia Antiga, e assumindo uma perspectiva individual e subjetiva” (Coelho e Guimarães, 2012, p.331).

O que vemos na sociedade, na educação, na cultura e na escola é a tendência de aceitar uma cultura rápida e superficial, um saber que tende a transformar crianças, jovens e adultos em fiéis consumidores de bens e serviços, em funcionários do Estado, trabalhadores eficientes, indivíduos bem sucedidos na vida e nos negócios. Uma educação que visa acima de tudo à profissionalização, à preparação dos indivíduos para o chamado mercado limita capacidades e saberes e empobrece os horizontes culturais e humanos dos educandos, além de deixar jovens e adultos vulneráveis no mundo do trabalho. Ao reduzir o real a mercadoria, a sociedade capitalista torna descartáveis a força de trabalho, as ideias, os projetos, as escolhas, as ações, os valores, enfim, as pessoas (Coelho e Guimarães, 2012, p. 332).

Essa educação não considera a complexidade da dimensão humana desconsidera o caráter conflituoso e contraditório da sociedade empobrecendo o trabalho educativo, pois assim a escola e a educação não questionam seu sentido e razão de ser, dificultando a interrogação o pensamento e a criação. Assim, a escola e a educação contribuem para a manutenção da ordem social que temos, correndo o risco de formar pessoas conformadas no sentido de sua ação social e coletiva, objetivadas pela ação do capital e do lucro.

Atualmente o que temos é uma “sociedade do espetáculo”,⁴ voltada às aparências, em que o homem bem sucedido é o modelo a ser seguido, portanto invejado, instala-se assim o ciúme e a cobiça. Esse modelo de sociedade arraigado aos moldes dominantes direciona os indivíduos ao mundo das aparências, do irreal, tornando-o uma “unidade numérica: vale porque é consumidor e, como tal força produtiva” (Guimarães, 2001, p.81). Institui-se uma individualidade exacerbada, pelo consumismo, em que os sujeitos são levados a buscar incessantemente suprir seus desejos materiais de propriedade privada, instigados pelas mídias. O indivíduo adota como princípio de vida a ascensão social pelo acúmulo de forças econômicas, o que torna competitiva e desumanizadora a vida em sociedade, prevalecendo princípios individualistas e de competição em detrimento a valores morais, éticos e fraternos.

Partindo desse entendimento de organização social a ação da escola e da educação, submetem-se à ideologia economicista e mercadológica atual, que busca e reafirma a necessidade de capacitação da mão de obra e da requalificação dos trabalhadores que satisfaçam às exigências produtivas do sistema, de formar o consumidor exigente e sofisticado, atendendo a um mercado diversificado e competitivo. Essa educação prepara trabalhadores/consumidores para a vida moderna permeada pelo consumo. Trata-se de formar o “homem à venda”⁵.

⁴O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à *ocupação total* da vida social. Tudo isso é perfeitamente visível com relação à mercadoria, pois nada mais se vê senão ela: o mundo visível é o seu mundo. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente(...). Neste ponto da «segunda revolução industrial», o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada. *É todo o trabalho vendido* de uma sociedade, que se torna globalmente *mercadoria total*, cujo ciclo deve prosseguir. Para o fazer, é preciso que esta mercadoria total regresse fragmentariamente ao indivíduo fragmentário, absolutamente separado das forças produtivas e operando como um conjunto” (Debord, 2003, p.24 e 25).

⁵ Pego emprestada a expressão de Rousseau (1992, p.25) que a usa para demonstrar a necessidade de formar o homem necessário à causa da humanidade e não do indivíduo, pois para ele “Não somos aprendizes de operário, somos aprendizes de homem; e o aprendizado deste último ofício é mais penoso e demorado que o outro” (Rousseau, 1992, p.222).

Nas últimas décadas temos vivido no contexto sociopolítico, um reordenamento nas estruturas e no funcionamento do sistema educacional, intimamente relacionado ao desenvolvimento do neoliberalismo, fazendo com que a responsabilidade pela educação deixe de ser responsabilidade do poder público, passando ao domínio da iniciativa privada, sob a forma de serviços prestados aos indivíduos, à sociedade. Daí a necessidade de se compreender a natureza das políticas educacionais neoliberais e seus ordenamentos.

O princípio neoliberal, apresentado fundamentalmente na reestruturação da doutrina do liberalismo econômico clássico, se expressa de forma ambiciosa num movimento de reforma ideológica em nossa sociedade, estabelecendo e difundindo um novo senso comum que tem coerência e pretende dar legitimidade às reformas propostas e impulsionadas pela classe dominante. “Os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, como também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que dolorosa) para a crise” (Gentili, 1996, p.11).

A invasão do capital no campo da educação fez com que as instituições de ensino fossem apropriadas por uma estrutura que visa o valor e o lucro, interferindo diretamente no processo ensino-aprendizagem, submetendo o trabalho pedagógico às leis do mercado. Dessa forma a educação enfrenta o desafio de pensar e instituir uma formação que vise à participação política do homem numa sociedade informatizada sem esquecer que o verdadeiro sentido da formação vai além do falso progresso, propagado pela sociedade mercantil.

A estrutura educacional a serviço desta ordem afirma a lógica do mercado levando a organização escolar a se basear numa relação entre oferta e procura do serviço educativo e a demanda da sociedade; serviço que a ação do Estado se reduz ao garantir, apenas, o nível básico, deixando o superior à mercê da regulação das leis do mercado. O extremo individualismo imposto por esse modelo impede que se desenvolvam políticas democráticas de participação, compromisso e envolvimento com a realidade existente, enfraquecendo qualquer ação de luta política por melhores possibilidades de desenvolvimento social, no âmbito educacional.

Portanto, busca-se pensar e instituir as condições de uma educação que vise o fortalecimento da sociedade democrática. Na defesa de uma formação que deve ser projetada de modo a promover o exercício e o fortalecimento da liberdade política, da liberdade de palavra, de prática religiosa e dos direitos fundamentais para todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica ou cultural.

Educação é para gente. Antes de podermos planejar um sistema educacional, precisamos entender os problemas que enfrentamos para transformar alunos em cidadãos responsáveis que possam raciocinar e fazer uma escolha adequada a respeito de um grande conjunto de temas de importância nacional e internacional. O que tem a vida humana que faz com que seja tão difícil manter instituições democráticas baseadas no respeito de todos às leis e na proteção de todos pela lei, e seja tão fácil descambar em diferentes tipos de hierarquia - ou, ainda pior, em esquemas de violento ódio grupal? Que forças levam grupos poderosos a buscar o controle e a dominação? O que faz com que as majorias tentem, de forma tão onipresente, denegrir ou estigmatizar as minorias? Sejam quais forem essas forças, é contra elas que, em última análise, a verdadeira educação pela cidadania responsável nacional e internacional deve lutar ponto e ela deve lutar utilizando todos os recursos da personalidade humana que ajudem a democracia a vencer a hierarquia (Nussbaum, 2015, p.27).

Além disso, a autora argumenta que a educação não deve se limitar apenas à transmissão de conhecimentos técnicos, mas também deve cultivar virtudes como a justiça, a tolerância e o respeito pelos direitos dos outros. Uma educação moralmente realizada é essencial para garantir que os cidadãos sejam capazes de tomar decisões éticas e contribuir para o bem comum em uma sociedade democrática. Nesse contexto, vale ressaltar a importância da igualdade de oportunidades na educação como um princípio fundamental para a justiça social e política. Todos devem ter acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua renda, raça, gênero ou origem étnica, porque desempenha um papel crucial na mobilidade social e na redução das desigualdades, permitindo que todos os cidadãos realizem seu potencial humano e contribuam para a vida política e social de suas comunidades.

A educação, então, tem uma grande importância para a formação de uma cultura de participação política democrática, pois tem como compromisso ético de formar para a cidadania e para a compreensão dos princípios e das instituições democráticas. Isso requer não apenas conhecimentos sobre política e cidadania, mas também o exercício do pensamento crítico, o diálogo construtivo e a resolução de conflitos. Por meio do estudo de disciplinas como literatura, filosofia, história, arte e ciências sociais, as humanidades oferecem uma compreensão profunda da condição humana, dos valores culturais e das questões sociais que são essenciais para uma participação democrática crítica e reflexiva.

Nesse contexto, a educação deve ser um processo emancipatório que forma para a compreensão das estruturas de poder, com vistas ao questionamento das injustiças sociais e à defesa dos valores democráticos. Partindo desse pressuposto, a educação não se limita à transmissão de conhecimentos técnicos, mas é prática constante do pensamento crítico, da autonomia moral e da consciência política dos homens.

A educação e a política numa perspectiva ampla de seu entendimento devem questionar a lei, instituída de forma parcial e voltada a interesses particulares, compreendendo

a instituição da sociedade inseparável da formação autônoma do homem; além de contribuir para a participação política efetiva dos indivíduos na gestão das instituições com abertura para as questões sociais e coletivas. Se retomarmos os antigos, encontraremos no cerne do sentido da formação humana, a dimensão política. A tradição filosófica sempre se empenhou em demonstrar a origem comum entre a política e a educação do homem. Faz sentido, pois, discutir a questão do direito à educação numa sociedade que prioriza a efetivação desse direito em termos numéricos sem se preocupar com sua realização plena. Esse direito deveria sim contribuir para a transformação das relações sociais instituídas e para que isso ocorra é preciso inseri-lo em uma política que visa a construção global da sociedade, vinculando-o à criação de instituições sociais autônomas e à afirmação da liberdade de pensamento, de igualdade política e social, para a construção da vida coletiva que possibilite maiores condições para a realização da justiça.

A sociedade e os seres humanos têm direito a uma educação que os constitua como *outros*, na relação com coletividades mais amplas, e os ajude a reconhecer e a trabalhar as diferenças, cultivando as que constituem a identidade pessoal, grupal, nacional e de gênero e, ao mesmo tempo, superando as que reduzem os seres humanos à condição de objetos, de coisas, desqualificando-os e confirmando preconceitos (Coelho e Guimarães, 2012, p.332).

A educação é um fenômeno que permeia diversas instituições sociais, mas é no contexto escolar que ela assume características particulares e diferenciadas. Como processo de socialização e construção contínua da cultura, a educação na escola se destaca por sua intencionalidade, sistematização e exigência de preparo e diretividade por parte dos educadores. A escola é mais do que um espaço de acolhimento ou de passagem; é uma instituição que desempenha um papel central na formação dos sujeitos e na construção da sociedade. Ela é caracterizada por relações interpessoais, gestão cotidiana e ambiente material que convergem para instituir uma forma específica de atividade humana, fundamentada em valores como o reconhecimento da alteridade, a busca pela precisão, rigor e verdade, bem como a promoção do bem comum e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A educação na escola é intencional, pois é planejada e organizada de acordo com objetivos educacionais predefinidos. Os educadores elaboram planos de ensino, selecionam conteúdos e metodologias de ensino adequadas para promover o aprendizado dos alunos de forma eficaz e significativa. Além disso, a escola é um ambiente de aprendizagem sistematizada, onde os conhecimentos são organizados de maneira sequencial e progressiva, permitindo uma construção gradual do saber.

A exigência de preparo e formação dos educadores é fundamental para a busca por um trabalho educativo que se preocupe com a relação conteúdos e formas⁶ de ensino. Além disso, na escola, os valores como o reconhecimento da alteridade, a busca pela precisão, rigor e verdade são cultivados e promovidos de forma sistemática. Os estudantes aprendem a respeitar as diferenças e a conviver com os outros. Ao mesmo tempo, são incentivados a buscar a excelência acadêmica, a questionar e a refletir sobre o conhecimento de forma crítica e autônoma.

Assim, a educação na escola é uma parte importante da formação e deve se realizar como processo único e diferenciado, que se destaca por sua intencionalidade, sistematização e formação dos educadores. É na escola que os valores fundamentais da sociedade são transmitidos e internalizados, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanitária.

Dessa forma, o desafio da formação está na busca do sentido, da interrogação, da criação e do trabalho intelectual. Nessa formação a construção do saber é rigorosa e cuidadosa, não pode ser apressada, exige dedicação, insatisfação e inquietação. Essa concepção leva à negação da instrumentalização do saber, na qual o ensino, a aprendizagem e a formação supõem trabalho, disciplina e dedicação, rompendo com ensinamentos empiristas, que levam à ideia de que ensinar é transmitir conhecimento da maneira mais fácil possível. Entende-se que o essencial é formar o homem autônomo que, mesmo conhecendo a realidade e dela fazendo parte, não se deixa levar pelas aparências. Esse homem procura compreender a sociedade, tornar-se equilibrado e comedido, sem se deixar influenciar pelo fácil ou pelas aparências.

A autonomia para Kant (1974) diz respeito à liberdade do homem e à sua responsabilidade diante da lei moral. Assim a autonomia torna-se fundamento da dignidade humana e o fim máximo da formação. Uma formação que almeje conduzir o homem à *maioridade*, isto é, à sua capacidade de se orientar pela própria razão e tornar-se *esclarecido*⁷.

Segundo Kant a educação deve conduzir o homem ao esclarecimento do conhecimento e de si mesmo, “a ideia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições

⁶A *forma* de compreender e trabalhar as obras de cultura nas aulas, e com elas se relacionar, não é didática, metodológica nem supõe o uso de novas tecnologias, pois situa-se em outro universo. Ao invés de transmitir verdades, saber pronto daquilo que um dia foi inquietação, questão, busca e criação, e tem sido objeto de observações críticas nas últimas décadas; a escola, o ensino, a aula trabalha para realizar sua natureza e finalidade, assume o primado da forma, se faz pensamento vivo e interrogante do existente e do “in-existente”, significação, comunicação e expressão do sentido e da gênese das ideias, do real e do imaginário da finalidade da existência humana e de suas criações (Coelho, 2012, p.67).

⁷ “Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [«Aufklärung»]” (KANT, 1974, p.100).

naturais é verdadeiramente absoluta” (2006, p.16). Dessa forma o processo educativo consiste em conduzir o homem à constituição de sua moralidade e esclarecimento, despertando nele as disposições de sua natureza e de sua condição de ser racional e livre.

Kant demonstra que o esclarecimento deve ser evolutivo e progressivo construindo os conceitos por meio do uso da razão. Agindo dessa maneira se estará formando pessoas capazes de pensar “segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideia de humanidade e da sua inteira destinação” (2006, p.22). Para esse pensador a experiência e a liberdade são elementos fundamentais na formação do homem.

Os conhecimentos dependem da educação e esta por sua vez, depende daqueles. Por isso, a educação não poderia dar um passo à frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual lhes acrescenta algo de seu e os transmite à geração que lhe segue (Kant, 2006, p.20).

A formação do homem deve visar à autonomia e não à transmissão de conteúdos, negando processos superficiais, banalizados ou operacionalizados como ocorre no campo da tecnologia, que por meio do computador ou da televisão, ensina utilizando-se de imagens e sons. Essa ação é meramente técnica, informa desprezando o ato investigativo do ensinar, do pesquisar, da leitura, do sentido do processo humano formativo, da intelectualidade, apresentando uma forma de agir e de pensar imediata, operacional e superficial. Ao contrário dessa ideia que privilegia o rápido, o imediato e o digital, precisa-se pensar em ir além da informação, e formar pessoas que pensam a sua formação, busquem o sentido das ciências e das questões que dizem respeito à vida. Pessoas assim formadas não tiram conclusões precipitadas ou banalizam conceitos, mas sim compreendem e investigam rigorosamente as questões que ajudarão a compreender o mundo em que vivemos.

A partir desses fundamentos, defendemos que a escola deve ser um espaço de reflexão sobre questões éticas e sociais, onde os alunos possam desenvolver uma consciência crítica e uma compreensão dos princípios fundamentais de justiça, solidariedade e igualdade. Isso é essencial para a promoção de uma cultura de paz e respeito mútuo na sociedade, contribuindo para a construção de uma comunidade mais justa e solidária. Isso ocorrerá, também, por meio da formação política, que põe questões sobre os princípios e instituições democráticas, bem como sobre a participação e a defesa dos direitos humanos, o que é fundamental para o fortalecimento da democracia.

O que faz a escola e a aula serem o que são – não em sua operacionalidade, funcionamento e resultados –, mas em virtude de sua natureza, não é a suposta socialização e partilha de um saber simplificado, empobrecido e convertido em crença *laica*, reconhecido como verdadeiro, sem ter sido compreendido nem questionado. Pelo contrário, é a *iniciação* dos estudantes, daqueles que efetivamente estudam, no universo do saber, o trabalho de ensinar e de aprender, de formá-los no e pelo pensamento, garantindo a todos a efetiva convivência com a leitura, a escrita e as obras de cultura da humanidade com as ideias, conceitos e argumentos com o saber a ser estudado, interrogado, compreendido, pensado em seu sentido, pressupostos e implicações; com a beleza das formas nas letras e nas artes (Coelho, 2012, p.68).

Se queremos uma escola que trabalhe nesse sentido, ela deve ser espaço de inclusão e democratização do conhecimento, em que todos tenham acesso às políticas educacionais que garantam a equidade no acesso aos recursos educacionais e promovam a diversidade e a inclusão na sala de aula. O trabalho educativo realiza-se por meio do estímulo ao pensamento crítico, à criatividade e à inovação, onde as pessoas possam desenvolver habilidades de análise, síntese e resolução de problemas com liberdade para pensar de forma crítica e criativa.

Considerações finais

A formação deve priorizar o trabalho intelectual e a investigação científica e filosófica evitando, assim, que seja substituída pela formação mercadológica rápida e superficial, baseada no didatismo exacerbado e na instrumentalização que atende aos preceitos do mercado de trabalho e de consumo. O empobrecimento, a simplificação e a banalização da aula, do conhecimento, do trabalho do professor negam o seu verdadeiro significado e suas conexões intrínsecas com a sociedade, as obras culturais, a criação e a formação. Infelizmente, muitas vezes, o sistema escolar tem contribuído para esse empobrecimento com disciplinas e práticas esvaziadas de críticas comprometidas com a autonomia, a liberdade e a justiça. Nesses dias de incerteza, de terreno instável e escorregadio, corremos o risco de perder a clareza e a dignidade, que nunca devemos abrir mão, pois seria a negação da própria essência da escola como uma instituição social cujo propósito, desde a sua criação, é o rigoroso trabalho intelectual voltado para a resolução dos problemas apresentados pela manifestação da cultura como um saber racional.

Portanto, é essencial que a educação e a escola trabalhem com as obras de cultura, a criação e a formação de forma que estejam enraizadas nas realidades e desafios em busca de por questões à sociedade para que possam cumprir seu propósito máximo de inspirar, engajar e promover o desenvolvimento humano. Assim, a formação é compreendida em sua potencialidade transformadora e a educação passa a ter o compromisso com o questionamento

da sociedade, da cultura, das empresas e do Estado buscando privilegiar o cultivo da razão e o exercício da crítica à existência humana, às ideias, aos conceitos e às verdades estabelecidas.

Essa formação deve então fazer-se por meio do estudo e do rigor da formação para que a dimensão humana seja assumida como premissa para os que dela fazem parte: alunos e mestres. Para, então, dedicarem-se ao saber, à verdade pelo diálogo, e ao trabalho intelectual que “liberta o interlocutor da esfera da aparência, da opinião, *dóksa*⁸, dos negócios e dos resultados, dispondo-o para pôr-se a serviço da verdade, seguindo as exigências da demonstração dialética, da ciência, *epistémé*⁹, da teoria e suas implicações na esfera da ação” (Coelho, 2008, p.8). Assim a formação cumprirá sua finalidade: elevar o pensamento e a ação dos indivíduos para além da opinião, levando-os a questionar o aparente, o que reafirmará o sentido da educação e da escola, que consiste no trabalho rigoroso, voltado para a resolução dos problemas postos pela cultura.

Essa educação comprometida com o bem maior da humanidade construirá saberes que poderão contribuir para o aperfeiçoamento do conhecimento e das ações cotidianas; não se comprometerá com o saber facilitado a serviço do consumo e de interesses financeiros. Desse modo, será instituição privilegiada do saber, sobretudo, do saber que vai além dos interesses particulares, que se faz pelo exercício da ética, da razão e da dialética em permanente superação da ignorância, da banalização e da razão instrumentalizada. Sem essa compreensão a formação pode se tornar descontextualizada, voltada apenas para o sucesso individual ou para atender a interesses particulares, que se distanciam do bem comum e da justiça social.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução e notas António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

⁸“Opinião, crença, conjectura, reputação, aparência” (COELHO, 2009, p.7).

⁹“Arte, habilidade, conhecimento, ciência, saber, conhecimento das coisas e processos por meio de conceitos universais” (COELHO, 2009, p.8).

COELHO, Ildeu Moreira. A questão política do trabalho pedagógico. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *O educador: vida e morte*. 7.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. pp. 29-49.

COELHO, Ildeu Moreira. A gênese da docência universitária. *Linhas Críticas*. Faculdade de Educação.UnB. Brasília, v. 14, n. 26, pp. 5-24, jan./jun. 2008.

COELHO, Ildeu Moreira. Cultura, educação e escola. In: *Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009. pp.181-202.

COELHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da Escola? In: COELHO, Ildeu Moreira (Org.). *Escritos sobre os sentidos da escola*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012. Cap. 3, p.59-86.

COELHO, Ildeu Moreira; GUIMARÃES, Ged. Educação, escola e formação. *Inter-Ação*, Goiânia, v.37, pp.323-339, jul./dez. 2012.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 2003. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>. Acesso em: 23 de dez. de 2011.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. IN: SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996. pp. 9-49.

GUIMARÃES, Ged. A dificuldade da educação na sociedade do espetáculo. IN: PEIXOTO, Adão José. (Org.). *Filosofia, educação e cidadania*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. pp. 71-94.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é Esclarecimento? In: KANT, Immanuel *Textos seletos*. Tradução de Raimundo Vier. Ed. Bilíngue. Petrópolis: Vozes, 1974.

KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 5. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2006.

NUSSBAUM, Martha C. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SENNE, Wilson A. Educação, política e subjetividade. In: FILHO, Manoel Mendonça e NOBRE, Maria Teresa (Org.). *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. Salvador, São Cristóvão: EDUFBA/EDUFS, 2009.